



Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Imbituba



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
16ª LEGISLATURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, REALIZADA
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024 (QUARTA-FEIRA) ÀS 17:30hs, NAS DEPENDÊNCIAS DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

Às dezessete horas do dia vinte de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, deu-se o início da Trigésima Terceira Reunião Ordinária da CCJ - Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final. A reunião realizou-se com a participação dos vereadores: vereador Eduardo Faustina da Rosa, como Presidente, vereador Matheus Paladini Pereira, como vice-Presidente Interino, sendo que o vereador Bruno Pacheco da Costa não pode comparecer. Registrou-se a presença do servidor Emerson Pacheco Custodio, lotado no Departamento Legislativo, responsável por secretariar os trabalhos. Primeiramente, passou-se a análise do PL 5654/2024, de autora da Comissão de Denominação de Vias, do Poder Legislativo, que altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 3834, de 27 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro Alto Arroio, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências”. Após análise, decidiu-se por exarar parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade do projeto. Em ato contínuo, os projetos a seguir foram encaminhados para Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica da Presidência, conforme lista a seguir: PL 5657/2024, de autoria do vereador Deivid Rafael Aquino, que declara de utilidade pública a Associação Amigos da Banda de Música Mirim do 34º Batalhão de Polícia Militar/SC; PL 5655/2024, de origem do Poder Executivo, que dispõe sobre a Adequação do Piso Salarial dos Engenheiros do Município de Imbituba, e dá outras providências; PLC Nº 600/2024, de autoria da Mesa Diretora do Poder Legislativo, que Institui o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) para os servidores públicos efetivos. Na sequência, foram analisados projetos oriundos do Poder Executivo, que faltam informações ou documentos, deliberando-se pela elaboração de despachos solicitando que seja oficiado o Poder Executivo, conforme lista de projetos a seguir: PL 5658/2024, que Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, Fundo Municipal de Meio Ambiente de Imbituba, Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba para o Orçamento de 2024, e dá outras providências; PL 5659/2024, que autoriza a concessão de subsídio orçamentário extraordinário a tarifa do transporte público coletivo urbano em razão da constatação do decorrente déficit mensal, e dá outras providências. Nada mais a deliberar, foi determinado a elaboração da presente Ata, encerrando-se a reunião às 18hs.

Imbituba, 27 de novembro de 2024.

Eduardo Faustina da Rosa
Presidente

Matheus Paladini Pereira
Vice-Presidente